



Pluralidade cultural e relações étnico-raciais

O Brasil é um país plural. Esta afirmação parece óbvia na atualidade, posto que a diversidade é celebrada e enaltecida em diferentes âmbitos da cultura, como, por exemplo, a publicidade que nos chega diariamente, as reportagens, os programas de televisão e as produções do cinema ambientadas em locais culturais distintos. Há também uma variedade de normas e leis que estabelecem o direito de livre exercício da cultura, da religiosidade, do pensamento, ou que asseguram aos diferentes grupos sociais (pobres, negros, índios, quilombolas, comunidades tradicionais) o acesso a bens, serviços e espaços de cidadania.

O reconhecimento da pluralidade cultural, de seu potencial e da riqueza que ela significa para o país é uma conquista recente e não foi construída sem luta ou sem resistência. Na história brasileira foram muitos os investimentos no sentido de se coibir e dissolver as diferenças, para tornar o Brasil uma nação unificada e para dar coesão à identidade nacional. Pode-se lembrar, por exemplo, das práticas de genocídio e das artima-

nas utilizadas pelos colonizadores para banir os povos indígenas que não se dobraram ao projeto colonial. Igualmente cruéis foram as práticas de silenciamento e de repressão das manifestações culturais africanas, que felizmente foram sendo reconstruídas e ressignificadas pelos afrodescendentes. A repressão cultural atingiu ainda os distintos grupos de imigrantes que, ao se estabelecer nestas terras, organizaram a vida tendo como referência a cultura de seus países de origem e construíram inclusive escolas étnicas onde o poder público não oferecia seus serviços.

Apesar das diferentes estratégias de homogeneização cultural colocadas em curso até meados do século XX, o que existe de fato, no Brasil, é uma pluralidade de culturas, de línguas e de maneiras de pensar. O reconhecimento da existência de um grande número de povos, de lógicas e formas de vida, de línguas faladas no país não significou, contudo, a dissolução das assimetrias entre diferentes grupos historicamente silenciados e discriminados. O Brasil é, então, um país plural e desigual.

A escola tem tido dificuldades em trabalhar a heterogeneidade cultural sem cair no reducionismo ou numa abordagem puramente celebratória, que, em geral, não problematiza as relações de poder que geram lugares sociais subordinados para aqueles considerados diferentes, nem os estereótipos a partir dos quais naturalizamos uma maneira de pensar e de nos referir aos índios, aos negros, aos deficientes, aos pobres, entre outros. Apesar de inegáveis avanços no plano pedagógico e de experiências muito exitosas que vem sendo conduzidas em muitas escolas brasileiras, são imensas as dificuldades dos professores em trabalhar com diferenças porque, em grande medida, ainda somos movidos por uma visão universalista e convergente, que identifica na escola a tarefa de moldar os alunos em uma mesma direção, e controlá-los, e prepará-los para a vida social, como se existisse apenas um modelo de sociedade e de cultura – a ocidental.

Na sequência deste texto, vamos nos deter a dois segmentos sociais historicamente marginalizados e oprimidos: os índios e os negros.

Os povos indígenas no Brasil contemporâneo

No Brasil, atualmente, vivem 896 mil indígenas, de acordo com o Censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010). Esta população está distribuída em cerca de 1.047 terras indígenas, sendo que, destas, apenas 359 foram demarcadas.

Em nosso país existem 305 povos indígenas diferentes, e estes são falantes de pelo menos 274 línguas – o Brasil é, portanto, um país plurilíngue. É interessante observar que alguns grupos indígenas utilizam no seu cotidiano várias línguas, em função das relações socioculturais e econômicas que mantêm entre etnias e/ou com regiões de fronteira. Os Wai-Wai, em Roraima, por exemplo, são fluentes em sua própria língua, mas também em português e em inglês, posto que estabelecem relações comerciais com a Guiana Inglesa. Já os Guarani-Mbyá, no Rio Grande do Sul, são falantes do guarani, do português e do espanhol, pois circulam em um imenso território de ocupação tradicional, que compreende espaços compartilhados entre fronteiras – Brasil, Paraguai e Argentina, por exemplo.

O respeito aos povos indígenas, bem como a valorização de suas línguas e culturas só foi legalmente conquistado na Constituição de 1988. Até então, as políticas destinadas aos indígenas eram respaldadas numa concepção integracionista, que previa a integração cultural e a dissolução das diferenças culturais e étnicas através de iniciativas como a criação de postos de atendimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), a instalação de escolas e de postos de saúde, a oferta de projetos assistenciais ou, ainda, pela presença de missões religiosas cujo objetivo era a conversão. Entretanto, a atual Constituição rompeu com a perspectiva integracionista ao afirmar que são reconhecidas aos indígenas suas identidades étnicas, suas práticas culturais, sociais, educacionais, religiosas e também é resguardado a estes o usufruto exclusivo sobre as terras tradicionais que habitam.

Assim, a Constituição Federal, lei máxima do país, alterou definitivamente a perspectiva a partir da qual se vislumbra, a um só tempo, o futuro dos povos indígenas e o futuro do próprio país. A mudança no plano legal impulsionou os movimentos indígenas a lutar pelo direito à demarcação de suas terras, mesmo daquelas que lhes foram tomadas (e indevidamente loteadas pelos governos municipais, estaduais ou federal). Esta mudança também fortaleceu as iniciativas de promoção de uma educação escolar diferenciada, pluricultural e multilíngue aos povos indígenas e a incorporação de formas tradicionais de cura e prevenção de doenças aos modelos oficiais de assistência em saúde.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, observa-se um expressivo e crescente número de pesquisas sendo realizadas junto aos mais distintos povos que vivem no território brasileiro – além daquelas já tradicionalmente desenvolvidas pelos antropólogos – envolvendo os campos da Educação, Medicina, Biologia, Filosofia, Teologia, Ecologia, Astronomia. Esse conjunto amplo de pesquisas tem possibilitado conhecer e divulgar a temática indígena, e também tem gerado o reconhecimento de que, nas culturas destes “outros” povos, existe sabedoria, ciência, filosofia, complexas formas de pensar que foram simplificadas e desqualificadas historicamente, assim como variadas práticas educativas e relações entre os seres – ética e ecologicamente sustentadas – com as quais muito podemos aprender.

Ocorreram muitos avanços na forma como se compreende e se descreve as culturas indígenas na atualidade. Ainda assim, é preciso considerar que o reconhecimento da diversidade cultural sem alteração das condições de desigualdade e de submissão dos povos indígenas pode se tornar



O modo de vida indígena é fundamentado no profundo respeito à natureza e à vida. Desse modo, viver na terra tradicional é um imperativo na luta dos povos

uma retórica vazia. Hoje, a maioria das imagens que vemos na televisão, no cinema, na publicidade ou em fotografias disponíveis na internet sobre os povos indígenas exibem a beleza da diversidade cultural em contextos tranquilos e sem conflito. Estão à mostra, muitas vezes, corpos bem nutridos, rostos sorridentes, cenas tranquilizadoras que nos colocam em atitude contemplativa. Contudo, a realidade vivida por muitas destas comunidades não caberiam em imagens de cartões postais, dada a crueldade e a injustiça de

tais situações. E isso é resultante não apenas da intolerância social para com seus estilos de vida, mas principalmente do descaso e da omissão do poder público quando se trata de garantir seus direitos.

Uma condição imperativa para resguardar a vida dos povos indígenas é a demarcação de suas terras. Por isso, na pauta de lutas dos povos indígenas aparece sempre, e com grande destaque, a questão territorial. E a terra, para estes povos, é sagrada, é espaço onde se produzem as identidades e os estilos próprios de viver.

Os territórios indígenas não são simplesmente porções de terra, água, plantas, animais. Eles possuem um valor simbólico, são espaços que reúnem certas características que, para cada povo, configuram os lugares adequados para viver em plenitude, eles possuem coordenadas geográficas e temporais nas quais cada povo constrói suas experiências de mundo, seu senso de casa/lar. Assim, o território é lugar no qual se inscrevem relações sociais e sagradas, se projeta a existência, se organiza a vida e o trabalho. É por isso que, sem a efetiva garantia de acesso dos povos indígenas aos seus territórios, não é possível construirmos uma relação respeitosa para com eles e suas culturas ancestrais.

Destacam-se, a seguir, dois exemplos dos impactos que produz a falta de terras para os povos indígenas.



Adreas Kuno Richter



Renato Santana

Otavio Valle

Afro-brasileiros e relações étnico-raciais

Um outro grupo – estatisticamente muito expressivo no Brasil, mas historicamente marginalizado – é composto por aqueles que são identificados como afro-descendentes. Para iniciarmos qualquer discussão sobre questões étnico-raciais, um primeiro passo é estranhar a naturalidade com que se atribuem certas características distintivas a pessoas brancas e negras.

Stuart Hall (1997), importante pesquisador jamaicano, explica que as imagens marcadas por traços raciais surgiram especialmente em dois momentos históricos, em que o povo do Ocidente encontrou o povo negro. O primeiro diz respeito aos contatos de comerciantes europeus com a África Ocidental, no contexto das relações comerciais estabelecidas na Idade Média. Naquele momento, os europeus consideravam o continente africano um lugar misterioso e o viam de forma positiva. O segundo momento vincula-se à colonização europeia na África – quando o continente passa a ser visto como lugar de selvageria e de barbárie (perspectiva que justifica a imposição colonial, vista como um meio de conduzir os povos daquelas terras à civilização).

O processo de escravização dos povos africanos firmou-se sobre a suposta propensão destes à servidão e sobre o alegado primitivismo, que os tornaria incapazes de alcançar os requintes dos povos considerados civilizados. Aliás, no contexto brasileiro, tanto as culturas indígenas quanto as negras eram consideradas selvagens e primitivas sendo as pessoas, então, representadas como inferiores, indolentes, preguiçosas. Há ainda quem reproduza, de forma inconsequente e preconceituosa, esse tipo de afirmação.

As classificações de base racial estão assentadas em traços fenotípicos: a cor da pele, o cabelo, a largura do nariz, a espessura dos lábios, como se essas marcas “do corpo” definissem quem é (e quem não é) negro, e informassem sobre atributos “da alma”. Mas as identidades raciais, longe de serem naturais, estão sujeitas ao contínuo jogo da história, da cultura e do poder – tanto é assim que, aos negros, muito frequentemente, foram atribuídas características sociais não desejáveis (a falta de vontade, a falta de lealdade e de confiabilidade – frente a uma suposta completude dos brancos em relação a estes mesmos quesitos).

Um olhar mais atento para esta questão revela que as diferenciações baseadas em critérios raciais foram determinadas tomando como referência a classe dominante europeia – e branca – especialmente na Modernidade. Assim, a atribuição de certa classificação racial por aspectos fenotípicos implicava, também, uma classificação moral, intelectual e psicológica, fortemente hierarquizada. Com base nas doutrinas científicas racistas daquele contexto, diferentes grupos étnicos nas sociedades não europeias sofreram as consequências de um severo racismo, que justificou escravizações e genocídios. Conforme afirma Marisa Costa (2004, p. 385), “a modernidade gerou variedades próprias de racismo, nas quais as culturas não-ocidentais frequentemente foram vistas como obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso e passaram a ser vistas como antimodernas”.



Apesar da marginalização histórica, determinada pela classe dominante europeia e branca, a população negra preserva seu rico patrimônio cultural e social

A trágica realidade de dois povos indígenas

Egon Heck



Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul, que abriga uma população estimada em 40 mil Guarani-Kaiowá, é recordista em violências contra os povos indígenas há quase uma década. Estes dados constam nos Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), publicados desde 1993 e disponíveis no sítio eletrônico desta entidade. Muitas comunidades têm sido obrigadas a viver à beira de estradas por décadas; outras são expulsas dos acampamentos provisórios que montam para aguardar que suas terras sejam demarcadas, sofrem ameaças, perseguições ou têm suas lideranças assassinadas. E a problemática em torno da terra indígena envolve, naquele estado, outra situação extremamente preocupante: o confinamento. Na reserva de Dourados, por exemplo, os Guarani-Kaiowá estão submetidos a circunstâncias degradantes: a falta de saneamento, de segurança e de perspectivas de futuro se reverte, em dezenas de casos de suicídios. Nos últimos 14 anos, de 2000 a 2013, foram registrados 659 suicídios de indígenas em Mato Grosso do Sul. Há também graves problemas de saúde e um alto índice de mortalidade infantil (45,9 óbitos para mil crianças que nascem – mais do que o dobro da média nacional, que foi de 19,6, segundo dados do IBGE).

Renato Santana

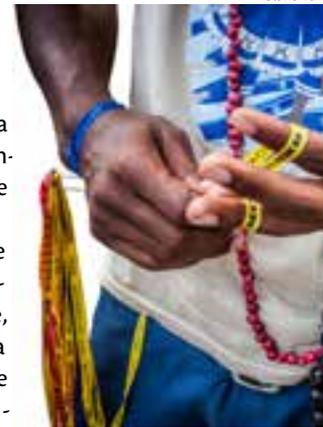


Guarani-Mbyá, no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, pelo menos dois mil Guarani-Mbyá vivem em acampamentos provisórios – pequenas porções de terra, insuficientes para a subsistência alimentar, sem água potável e saneamento básico, localizadas, em maioria, à beira de rodovias. As terras tradicionais deste povo estão atualmente ocupadas por fazendas, grandes plantações, ou formam aglomerados urbanos. Assim, os Mbyá estão submetidos a uma vida de insegurança e precariedade, aguardando que o governo realize estudos que comprovem a tradicionalidade das terras e proceda a sua demarcação.

Apesar das constantes reivindicações feitas pelos Guarani-Mbyá para que a situação das terras seja regularizada, há acampamentos com mais de 30 anos de existência e o poder público não apresentou ainda soluções concretas. As ações destinadas às comunidades indígenas têm sido apenas paliativas como, por exemplo, a compra de terras, a oferta de cestas básicas, os acordos com proprietários de terras próximas dos locais onde estão acampados, para permitir a circulação indígena. E a solução para essa dura realidade é a demarcação das terras, para que possam plantar, realizar seus rituais, educar suas crianças dentro das tradições, exercendo plenamente seus modos próprios de viver, ou, como dizem eles, o seu *Nhande rekó*.

Otavio Valle



Negros nas escolas

Em sua tese de Doutorado, defendida em 2006, a pesquisadora Gládis Elise Kaercher analisou 110 livros de literatura infantil e infanto-juvenil distribuídos para escolas públicas brasileiras através de um programa governamental. Seu interesse era observar como os personagens negros eram apresentados e caracterizados neste conjunto de obras. Em sua análise, ela mostra que em 107 (das 110 obras analisadas) os personagens principais são brancos. Os personagens negros e negras são, portanto, periféricos e muitas vezes marcados por estereótipos. Em relação às ilustrações das histórias, a pesquisadora informa que estas são, muitas vezes, empobrecidas, produzidas em preto e branco, mostrando cenários precariamente estruturados, sujos, nos quais se desenrolam ações sem grande complexidade. Enfim, as obras de literatura por ela examinadas associam negros e negras a contextos e cenários com os quais o leitor dificilmente se identifica, o que colabora para a manutenção dos estereótipos.

Na colonização do Brasil, a forçada inserção de povos africanos deu-se sob os grilhões da escravatura, sendo as diferentes culturas e etnias daquele continente referidas, em nossa história oficial e nos discursos escolares, simplesmente como “os escravos”. Persiste, nas imagens do presente, a associação quase exclusiva da identidade negra à condição de escravização. Sendo estas imagens reiteradas e não as da ancestralidade africana, o que se lembra continuamente é o martírio e certa condição de passividade dos negros e não a riqueza, a variedade das culturas ancestrais e as muitas estratégias de resistência e de luta que se processaram em toda a história africana e afro-brasileira. E esta pode ser uma forma renovada de racismo, de colonização da memória e de manutenção dessas pessoas numa condição subordinada.

Outra noção que precisa ser estranhada é a de que vivemos em uma democracia racial, na qual a discriminação dos negros não teria tamanho impacto como em outros países. Conforme lembram Zubaran e Silva (2012), o Brasil foi o último país do mundo cristão a abolir a escravidão e, surpreendentemente, tornou-se o primeiro a se proclamar uma democracia racial. As pesquisadoras afirmam que “o discurso da democracia racial contribuiu também para camuflar o racismo, as desigualdades e os conflitos étnico-raciais, dificultando a construção de identidades específicas e o poder de contestação dos excluídos” (p. 131).

Um dos efeitos da chamada democracia racial brasileira foi a folclorização das práticas culturais afro-brasileiras, a produção de um tipo de



A resistência dos grupos de matriz africana é explicitada em inúmeras e valorizadas manifestações artísticas

racismo condescendente e paternalista, bem como a abordagem das culturas como partes de um passado remoto, impossibilitando vê-las em seu dinamismo e atualidade. No entanto, Zubaran e Silva (2012, p. 135) destacam que, “no âmbito da cultura afro-brasileira contemporânea é possível observar que homens e mulheres afro-brasileiros preservaram um rico patrimônio cultural material e imaterial, de matriz africana, que se expressa por meio da oralidade nas diversas formas de festejar, nas religiosidades, na culinária, nos ervanários, na música negra, nas danças e em todas as formas de expressão dos corpos negros nas cidades, no campo, nos quilombos tradicionais e urbanos”.

A abordagem das relações étnico-raciais na escola requer, dos professores, um esforço em entender as raízes dos preconceitos, da discriminação, da violência a que estão submetidos os negros e os índios. Requer, ainda, um reconhecimento desses grupos sociais em seu dinamismo, em sua positividade, ressaltando aquilo que pode produzir representações e práticas de valorização cultural. Requer, por fim, a compreensão de que as desigualdades do presente foram forjadas em determinados jogos de poder, devendo ser problematizadas para que possamos construir uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática.



Clavio Valle

Você sabia que...

- ✓ A primeira referência a quilombos, no Brasil, data de 1559, apenas 59 anos após a chegada dos portugueses. Martim Afonso de Souza fundou, em 1532, o primeiro centro produtor de açúcar, na Vila de São Vicente, no atual estado de São Paulo, onde provavelmente tenham sido utilizados os primeiros trabalhadores negros escravizados no Brasil (CONRAD, 1985).
- ✓ Os quilombos não eram simplesmente lugares de fuga de escravos. Segundo Mário Maestri, “o quilombo rural opunha-se à sociedade oficial. Questionava o monopólio da terra, era constituído de ‘bens’ de alto valor, valorizava os terrenos que ocupava, entrava em choque com a administração e praticava, muitas vezes, a apropriação de escravos, escravas e bens das fazendas mais próximas. A oposição fundamental entre o ‘quilombo’ e o mundo ‘oficial’ era, no entanto, ‘política’”. (MAESTRI, 2002).
- ✓ De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 68, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os respectivos títulos”.

Para saber mais

Filmes

Brincando na Aldeia: www.youtube.com/watch?v=bUckQ2ZUWWA

Kirikou e a Feiticeira: www.youtube.com/watch?v=vRxhp-hsjzl

Kirikou e os Animais Selvagens: www.youtube.com/watch?v=i08KdebE6bk

Azur e Asmar: www.youtube.com/watch?v=hI0jy5dpR64

HQ

Quilombo Orum Aiê, André Diniz, Editora Record.

Livros

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. Disponível em: www.ted.com/talks/lang/pt/chimamandaadichie_thedanger_of_a_single_story.html

BONIN, Iara Tatiana; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Seção Temática Educação, Culturas Indígenas e Afro-Brasileiras – relações étnico-raciais. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp.5-12, Jan/Abr, 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/art_v12_n1.htm

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais*. Florianópolis/SC: EdUFSC/Chapécó/SC: Argos, 2010.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Marisa Vorraber. *Diversidade, multiculturalismo e diferença: uma conversa com professores e professoras*. In: Barbosa, Raquel Lazzari Leite. (Org). *Formação de Educadores – Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

GOMES, Nilma L. e SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

HALL, Stuart. *Representation, cultural representations and signifying practices*. London: Thousands Oaks; New Delhi: Sage, 1997b

KAERCHER, G. E. P. da S. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999*. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação DA Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

MUNUNGA, Kabengele e Nilma Lino Gomes. *O Negro no Brasil Hoje*. São Paulo: Global, 2006

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Interloquções sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro*. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 130-140, Jan/Abr, 2012.

Sítio eletrônico

www.axa.org.br

www.ifch.unicamp.br/ihb

Encarte Pedagógico II Culturas Indígenas na sala de aula

TEXTO: Iara Tatiana Bonin

EDIÇÃO: Patrícia Bonilha

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

www.cimi.org.br